

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO NA ESCOLA INCLUSIVA: SUPORTE DE ACESSIBILIDADE ACADÊMICO-SOCIAL DO ESTUDANTE PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

Maria Piedade Stelito Sabino; Edicléa Mascarenhas Fernandes

Universidade Federal Fluminense-UFF, Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão-CMPDI, piedadestelita@gmail.com

Introdução:

A escola no Brasil, de modo geral, ainda se mantém atrelada ao paradoxo da exclusão/inclusão da diferença e as formas de superação (Fernandes & Orrico, p.15, 2012). Assim, quer nos ditames das suas políticas públicas, quer no fazer de suas práticas educacionais, em seus níveis e modalidades, quando delimita os seus sujeitos a uma lógica seletiva segregadora e reprodutora da ordem social.

A educação especial inicia sua trajetória no tempo e espaço histórico paralela à educação geral, em caráter substitutivo do ensino regular, na intencionalidade do atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, na criação de três instituições no período imperial de 1854 a 1874; sendo no ano de 1854 Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje denominado Instituto Benjamim Constant-IBC, em 1857 o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, hoje, Instituto Nacional de Educação para Surdos- INES, ambos no Rio de Janeiro. Ainda no período imperial em 1874, no Estado da Bahia, em Salvador o Hospital Psiquiátrico e de Saúde Mental Juliano Moreira-HJM-BA,

“foi a primeira instituição pública a se preocupar com as pessoas com deficiência intelectual/mental, dentro modelo de subsistência, onde não havia distinção entre o que era função de um asilo, de um hospital ou de uma escola especializada.” (Fernandes & Orrico, Acessibilidade e Inclusão Social, p.48, 2012).

Nesse contexto, a educação especial chega no século XIX como atendimento educacional especializado sob modelo médico institucionalizado. Reafirmado com criação da Sociedade Pestalozzi em 1935 e, anos depois as APAES- Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, pela psicóloga e pedagoga russa Helena Antipoff.

Nesse viés da história, observamos que a educação especial no Brasil se organizou como um atendimento educacional especializado delineando o caráter da individualização de acordo com as especificidades da pessoa.

O presente estudo intitulado Plano Educacional Individualizado na escola inclusiva: suporte de acessibilidade acadêmico-social do estudante público alvo da Educação especial, compõe um estudo dissertativo mais amplo sobre o Plano Educacional Individualizado na elaboração de uma proposta para educação inclusiva na escola-campo, objeto do estudo de caso.

Nesse sentido, o estudo em tela, apresenta como objetivo principal elaborar na ação colaborativa, com os sujeitos da pesquisa, uma proposta para implementação do Plano Educacional Individualizado-PEI como suporte para a acessibilidade acadêmico-social dos estudantes público alvo da educação especial

O pressuposto inicial exigirá a reflexão-ação sobre o currículo individualizado que promova o rompimento de paradigmas instaurados ao longo da história da Educação que perpetuou.

Metodologia:

A metodologia utilizada está sendo o estudo de caso, com estratégia complementar de grupos focais para efeito de registros e coleta de dados nos encontros focais e da observação participante na pesquisa documental institucional, acervos bibliográficos da temática, questionários e entrevistas semiestruturadas escritos, no contexto da Escola Municipal Santo Agostinho-EMSA, situado à Rua Osmundo Duarte Bezerra, s/nº, Mantiquira, Xerém, 4º Distrito do Município de Duque de Caxias-RJ. Tendo como sujeitos da pesquisa os professores regentes de turmas regulares e das classes especiais, professores de Atendimento Educacional Especializado-AEE, professor de Atendimento Educacional Domiciliar, profissionais técnicos da educação e administrativo.

Resultados e Discussão:

Quantos aos resultados preliminares vislumbramos, através da problematização do presente estudo, que uma significativa parcela dos professores, ainda apresentam dificuldades em desenvolver uma proposta curricular, através de um Plano Educacional Individualizado aos estudantes com deficiências sob suas regências, mesmo em colaboração com o professor de Atendimento Educacional Especializado-AEE. Isto porque, percebemos lacunas que sustentam um fosso, na formação inicial, formação continuada e prática profissional.

Conclusões:

Nos encontros dos Grupos de Estudos vem sendo observado, também, uma certa resistência dos sujeitos em desenvolver práticas avaliativas de caráter processual, em que poderia assegurar aprendizagens mais significativas para a evolução acadêmica e social desses estudantes. Imperando, nas práticas de mediação e avaliação a abordagem classificatória, tanto para com os estudantes com deficiência, quanto para os demais no grupo-turma. Isto porque, ainda se concentra o foco do processo de apropriação e consolidação do conhecimento na deficiência e não nas potencialidades dos estudantes. Fortalecendo as práticas excludentes de mediação pedagógica.

Referências:

AAIDD. American Association on intellectual and Developmental Disabilities. Disponível em: < <https://aaidd.org/>>. Acesso em: nov./2016.

BOROWSKY, Fabíola. Educação especial no Brasil: contradições nas políticas de inclusão (2003-2014), 2017. Disponível em:< <http://www.lume.ufrgs.br>>. Acesso: abril/2017.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: out./2016.

_____. Nota Técnica nº04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso: nov./2016

_____. Lei Nº 13.146, DE 06 DE JULHO DE 2015.
Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com

deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:<
<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em nov./2016.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; ORRICO, Hélio Ferreira. Acessibilidade e inclusão social. Rio de Janeiro: Descubra, 2012.

_____, Edicléa Mascarenhas. Da deficiência à funcionalidade: novos paradigmas de avaliação e acompanhamento de pessoas com deficiência mental/intelectual. In MENDES, E & ALMEIDA, M.A (Org.). Araraquara, SP: Junqueira & Martins, 2010.

VYGOTSKY, L. S. Obras escogidas V- Fundamentos da defectologia. [Tradução Carmem Pance Fernandez]. Haban: Pueblo y educacion, 1995.